

Economia.

Miriam Leitão e
Calazans amanhã
em A GAZETA
Pág. 35

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro



FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS

FIM DE MANDATO

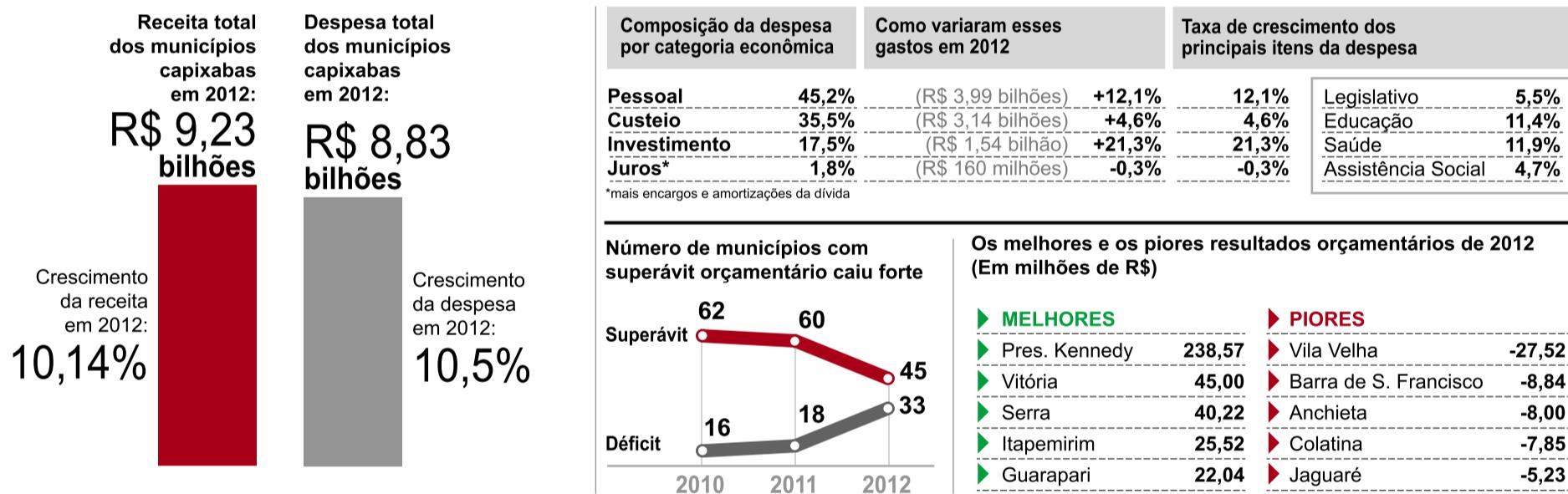
PREFEITOS GASTARAM

MAIS DO QUE DEVERIAM

33 cidades do Estado tiveram despesa maior que arrecadação

BAQUE NOS CAIXAS

Os prefeitos não se importaram com ameaças sofridas pelo Espírito Santo (Fundap, royalties e mudanças ICMS interestadual) e aceleraram a velocidade dos gastos no ano passado. É o que mostram os números da revista Finanças dos Municípios Capixabas 2013. Os dados referem-se à média dos 78 municípios capixabas:



Fonte: Revista Finanças dos Municípios Capixabas 2013

A Gazeta - Ed. de Arte - Genilho

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Nem as ameaças às finanças capixabas – fim do Fundap e as discussões envolvendo royalties do petróleo e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual – e a crise econômica mundial conseguiram segurar a volúpia dos prefeitos por gastar mais. No ano passado, a despesa total dos 78 municípios capixabas registrou alta de 10,5% em relação ao ano anterior, somando R\$ 8,83 bilhões. Um avanço superior ao das receitas, 10%. Os dados estão na revista Finanças dos Municípios Capixabas 2013.

A boa notícia é que a re-

ceita total dos municípios, R\$ 9,23 bilhões, foi maior que as despesas. O problema está quando este superávit geral é esmiuçado. A publicação mostra que entre as 78 prefeituras do Estado, 33 fecharam 2012 com déficit orçamentário, ou seja, gastaram mais do que arrecadaram. A pior situação foi a de Vila Velha, com um déficit de R\$ 27,5 milhões. Trata-se do pior resultado dos últimos seis anos. Em 2011, esta relação estava em 60 municípios com superávit e 18 com déficit.

Na avaliação de Tânia Villela, diretora da Aequis Consultoria e responsável pela Finanças dos Municípios Capixabas, os prefeitos,

em final de mandato, ignoraram os percalços e pisaram no acelerador. “Definitivamente não seguraram os gastos. A verdade é que falta vontade política para segurar. Em final de mandato não pega bem cortar pessoal e também é preciso investir, mostrar que tem obra acontecendo. Claramente foi isso o que ocorreu no ano passado”.

R\$ 4 BI COM PESSOAL

O gasto com pessoal totalizou R\$ 3,99 bilhões, um aumento de 12,1%, o maior dos últimos quatro anos. Em média, esta modalidade comprometeu 45,2% da receita corrente. Em 2011, a participação foi de 44,2%.

As despesas com o custeio das prefeituras capixabas bateu em R\$ 3,14 bilhões no ano passado, salto de 4,6%. Trata-se de um avanço abaixo da média dos últimos nove anos. O índice foi influenciado pela forte retração nos gastos de Presidente Kennedy, município que teve o então prefeito Reginaldo Quinta afastado e passou todo o ano passado sob intervenção do Estado.

Kennedy, em 2012, reduziu o custeio em 70,7%, passando de R\$ 113,5 milhões para R\$ 33,2 milhões. Excluindo o município da análise, o crescimento do custeio do conjunto dos municípios capixabas subiria para 7,6%.

Importante frisar ainda que o bom desempenho contábil de Presidente Kennedy no ano passado influenciou também o superávit orçamentário geral. O município do extremo Sul capixaba, maior produtor de petróleo do Estado, apresentou uma poupança de R\$ 238,6 milhões. Excluídos os valores de Kennedy dos resultados orçamentários de 2011 e 2012, observa-se que houve uma queda de 55% no superávit municipal, de R\$ 308,9 milhões, em 2011, para R\$ 140,4 milhões, em 2012.

“Esses valores são mais uma demonstração de que as administrações anteriores não se preocuparam tan-

to em poupar para enfrentar um período difícil que seria 2013, como já estava previsto”, ponderou Tânia.

No quesito investimento, os números de 2012 são bem melhores que os de 2011. No ano passado, houve uma expansão de 21,3%, chegando a R\$ 1,54 bilhão. Um incremento real de R\$ 270,8 milhões. Depois de quatro anos consecutivos, finalmente os municípios capixabas conseguiram superar os investimentos realizados em 2008. Apesar da forte expansão, o que foi aplicado em investimentos, em números absolutos, não chega nem perto do aumento absoluto com pessoal, R\$ 430 milhões.

FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS

2013 já começou complicado

Muniz Freire a Alto Rio Novo já estouraram o limite legal de gastos com servidores

▄ **ABDO FILHO**
afilho@redgazeta.com.br

Como já era esperado, o ano de 2013 vem sendo complicado para as finanças municipais. Dados do primeiro quadrimestre colhidos pela Aequus Consultoria apontam para um cenário pouco confortável. Está entrando menos dinheiro nos cofres municipais. A situação se agrava com fato de os prefeitos da gestão anterior não terem pisado no freio no último ano do mandato.

Dos 10 municípios que já soltaram os dados financeiros do período, sete registraram queda real (com valores corrigidos pela inflação) em suas receitas correntes. Comparando os meses de janeiro a abril de 2013 com igual período do ano passado, a intensidade da queda varia entre 7% e 15%.

“Os dois maiores muni-



ARQUIVO AG

Prefeitos convivem com menos receita

Dos 10 municípios que já apresentaram dados de 2013, sete tiveram queda.

“Vitória e Serra registram queda da ordem de 9%. A situação é preocupante”

—
TÂNIA VILLELA
Diretora Aequus

cípios do Espírito Santo em termos econômicos, Vitória e Serra, registram queda da ordem de 9%. A situação é preocupante”, avalia a diretora da Aequus, Tânia Villela.

Com a redução da alíquota interestadual do ICMS para produtos importados de 12% para 4%, que minguiu o Fundap, a

arrecadação municipal com este tributo (25% do total) caiu 58,2% nos primeiros seis do ano. Nem o aumento de 4,3% do ICMS geral (25% vão para os municípios) foi suficiente para segurar a queda de 12,5% nestes repasses.

Do final de 2012 para cá, oito municípios já aumentaram o comprometi-

mento da receita corrente líquida com pessoal. Desse, Muniz Freire (com 58,49%) e Alto Rio Novo (com 64,13%) ultrapassaram o limite de 54% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para gasto com pessoal.

“O fim do Fundap foi muito abrupto, não houve qualquer prazo para adap-

tação, não podia ter sido assim. Os novos prefeitos assumiram com a mesma estrutura, mas com uma entrada menor de recursos. Estão tendo que mexer na máquina com ela andando e isso é bem complicado. Os ajustes precisarão ser feitos neste cenário”, assinalou Tânia.

O cenário financeiro

não é bom, mas por conta dele surge uma ótima oportunidade para fazer determinados ajustes que só saem em períodos de crise. “Chegou a hora de dar mais eficiência ao gasto público, de enxugar a máquina, de melhorar a gestão e de avaliar programas. É isso que os novos mandatários devem fazer. No curto prazo, não tem outro jeito”, orienta a especialista em contas públicas.

No médio e longo prazo, Tânia Villela acredita ser possível apostar numa melhor geração de caixa, tanto via arrecadação própria como via transferências de União e Estados. Para isso, é preciso investimento, planejamento e articulação.

“É possível diminuir a sonegação, isso turbinaria a arrecadação sem aumentar impostos. Além disso, é importante uma articulação entre prefeitos, o que não há hoje, reivindicando repasses maiores tanto de União como dos Estados”.